



2024

6ª edição

RELATÓRIO ESPECIAL MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO PARAENSE



Universidade Federal do Pará
Observatório Paraense do Mercado de Trabalho





Relatório Especial Mulheres no Mercado de Trabalho Paraense

Este é mais um produto de
interesse público produzido pelo
Observatório Paraense do
Mercado de Trabalho da
Universidade Federal do Pará

Universidade Federal do Pará
Observatório Paraense do Mercado de Trabalho

Março de 2024

Comissão Organizadora

Esse Relatório Especial é fruto da colaboração de dez membros do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho: **José Raimundo Barreto Trindade** (professor associado PPGE/UFPA) – coordenador do OPAMET –, **Nathália Rocha de Sousa** (Vice Coordenadora do OPAMET e pesquisadora voluntária), **Alexandre Ribeiro Corrêa** (pesquisador bolsista), **Brenda Alana Nunes da Silva** (pesquisadora bolsista), **Gabriel Pisa Folhes** (pesquisador voluntário), **Hiago D’Lucas Santos Silva** (pesquisador voluntário), **Laryssa Oliveira Carvalho** (mestranda em Economia pelo PPGE/UFPA e pesquisadora voluntária), **Layse Maria da Silva Monteiro** (mestranda em Economia pelo PPGE/UFPA e pesquisadora voluntária), **Mateus Lucas Amorim Nascimento** (editor e pesquisador bolsista) e **Tiago Maciel da Silva** (pesquisador voluntário).

Edição por **Mateus Lucas Amorim Nascimento**.

Equipe do OPAMET

José Raimundo Barreto Trindade; Carla Caroline Barisão Brarymi; Gedson Thiago do Nascimento Borges; Ingrid Gonçalves Pimentel; João Victor Bastos de Freitas; Laryssa Oliveira Carvalho; Luciana Cristina Romeu Sousa; Mateus Lucas Amorim Nascimento; Moara Neves Conceição; Nathália Rocha de Sousa; Carlos Arthur Ferreira; Luana Costa Trindade; Lizandra da Silva; Evandro Martins, Alexandre Ribeiro Corrêa, Layse Maria da Silva Monteiro, Tiago Maciel da Silva, Gabriel Pisa Folhes.

Endereço e Contato

Av. Perimetral, s/nº, Campus Profissional
66075110 - Belém, PA - Brasil
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 1º Andar
TD-20, Sala do OPAMET/UFPA.

opametpa@gmail.com

www.opamet.com.br

Expediente

Universidade Federal Do Pará

Emmanuel Zagury Tourinho, Reitor

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Armando Lírio de Souza, Diretor

Paulo Moreira Pinto, Vice-Diretor

Leandro Morais de Almeida, Coordenador da FACECON/UFPA

Ricardo Bruno dos Santos, Coordenador do PPGE/UFPA

Apoio

Ministério do Trabalho e Emprego

Observatório Paraense do Mercado de Trabalho

José Raimundo Barreto Trindade, Coordenador

Nathália Rocha de Sousa, Vice-Coordenadora

| | |
|---|-----------|
| Apresentação | 06 |
| Introdução | 08 |
| Análise descritiva do Mercado de Trabalho | 10 |
| Força de Trabalho | 11 |
| Taxa de Participação | 12 |
| Taxa de Desocupação (desemprego) | 14 |
| Taxa Composta de Subutilização | 15 |
| Jornadas de Trabalho e Rendimento | 18 |
| Texto para discussão – Mulheres e Cidades: desigualdades estruturais e a busca pelo direito urbano. | 21 |
| Referências bibliográficas | 23 |



Por **Mateus Amorim** (editor e pesquisador bolsista do OPAMET)

Março é reconhecido por ser um período de intensas lutas sociais em prol da igualdade, especialmente no que diz respeito às mulheres, não apenas no ambiente de trabalho, mas também diante da estrutura patriarcal arraigada na sociedade. Nesse contexto, o Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET) lança o *Relatório da Mulher no Mercado de Trabalho*, que abrange dados referentes à participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, no estado do Pará e na Região Metropolitana de Belém (RMB), durante o período de 2022-2023.

Cabe aqui destacar o indicador referente a taxa de participação nacional, em que a participação das mulheres fora 52,7% frente a 72,3% dos homens (4º trimestre de 2023). Isso evidencia uma realidade que se reflete globalmente, conforme estudos indicam, que as mulheres enfrentam maior risco de desemprego e têm menos oportunidades de participar plenamente do mercado de trabalho. Essas disparidades estão relacionadas à desvalorização do trabalho feminino e ao peso adicional das responsabilidades de conciliar família e trabalho. Outro indicador que merece destaque é a informalidade das mulheres no Estado do Pará que permanece acima dos 55% no quarto trimestre de 2023. Muitas mulheres acabam trabalhando na informalidade devido à necessidade constante de equilibrar suas responsabilidades domésticas, uma carga que ao longo da história tem sido atribuída principalmente às mulheres. Como resultado, elas enfrentam uma dupla jornada, conciliando as responsabilidades do trabalho doméstico não remunerado com as do trabalho remunerado.

Dentro desse cenário, que envolve a participação das mulheres no mercado de trabalho e os diversos fatores sociais, econômicos e culturais que o permeiam, que este relatório busca abordar. Ele analisa o cenário geral do mercado de trabalho feminino, examinando os obstáculos enfrentados na inserção e progressão das mulheres, bem como os fatores que influenciam as disparidades salariais. Isso destaca a relevância do tema nas discussões contemporâneas sobre as relações de trabalho e suas mudanças, além das medidas que visam combater essas desigualdades.

Por último, o objetivo desta pesquisa é significativo para promover discussões acadêmicas sobre as dinâmicas e mudanças no mercado de trabalho, uma vez

que elas têm um impacto direto no desenvolvimento social e no crescimento econômico. Além disso, contribui para debates sobre como promover e implementar políticas públicas que visem à igualdade de gênero, ao acesso equitativo a oportunidades e à redução das disparidades no que tange a salários entre homens e mulheres. Isso visa garantir que os benefícios do crescimento econômico não sejam exclusivos para uma parcela da população, mas sim que proporcionem dignidade e bem-estar social para toda a sociedade.

Boa leitura!

Por **Tiago da Silva** (pesquisador voluntário do OPAMET) e **Mateus Amorim** (editor e pesquisador bolsista do OPAMET).

Um dos principais componentes para que se possa atingir o bem-estar em uma sociedade é o desenvolvimento econômico do país e para que o desenvolvimento aconteça é a capacidade produtiva da sociedade, que envolve, entre outras coisas, a oferta de mão de obra. Ou seja, o desenvolvimento e, conseqüentemente, o bem-estar, dependem de pessoas trabalhando e recebendo, independente do grau de formação, o sexo e a cor. Contudo, o mercado de trabalho brasileiro possui características que não são positivas para que o desejado venha a acontecer.

O relatório que foi produzido no decorrer de Fevereiro e está sendo publicado neste 1º trimestre de 2024 em menção ao Dia Internacional da Mulher traz como pauta os desafios enfrentados pelas mulheres em se inserirem no mercado de trabalho, com tantas desigualdades, e essa luta vem sendo observada e discutida nos últimos 30 anos com determinadas mudanças, algumas observáveis como o processo de expansão econômica e urbanização das cidades; mudanças na normas sociais e culturais, com a transformações nas estruturas das famílias, bem como a divisão das responsabilidades do lar; mudanças sobre os papéis de gênero na sociedade, com as novas gerações mais instigados em combater as disparidades existentes e gerar ambientes mais diversificados.

Desse modo, o *Relatório da Mulher* busca analisar e trazer ao público leitor as mudanças ocorridas no cenário trabalhista feminino nos últimos anos e as interferências tanto políticas como econômicas de governo que impactam diretamente na realidade das mulheres. O enfrentamento tratado neste documento não é trivial e nem tampouco algo novo, qualquer transformação ocorrida ela pode vir a causar crescimento ou retrocesso, dependendo da forma que seja planejada e colocada em prática, esta pode refletir não só no presente, mas também no futuro do país.

Essa produção capta a presença significativa do tratamento dos gêneros no mercado de trabalho, pontua a questão de Raça e Classe, onde historicamente as mulheres sempre foram tratadas de forma desigual e de maneira desumana, sendo escravizadas e consideradas apenas como um objeto de uso, ficando restrita a cuidar dos afazeres domésticos e do(s) filho(s), sem a liberdade de ter uma vida e direitos como cidadãs.

Com a revolução industrial as mulheres conseguiram acessar o mercado de trabalho sendo um marco na história. Contudo, ainda no século XXI, os salários são menores que dos homens, mesmo ao exercer funções análogas, sendo este um dos principais entraves que persiste para que se tenha um país com direitos iguais.

Diante do exposto, a participação crescente das mulheres no mercado de trabalho representa um marco significativo na evolução da sociedade contemporânea. Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, ainda persistem desafios relacionados à igualdade de oportunidades, salários justos e conciliação entre trabalho e vida pessoal. É crucial que continuemos a promover políticas e práticas que incentivem a igualdade de gênero no local de trabalho, reconhecendo o valor e o potencial das mulheres em todas as esferas profissionais. Somente através de um compromisso contínuo com a equidade e a inclusão poderemos construir um futuro onde todas as mulheres tenham a liberdade e o apoio necessários para alcançar seu pleno potencial no mercado de trabalho e além.



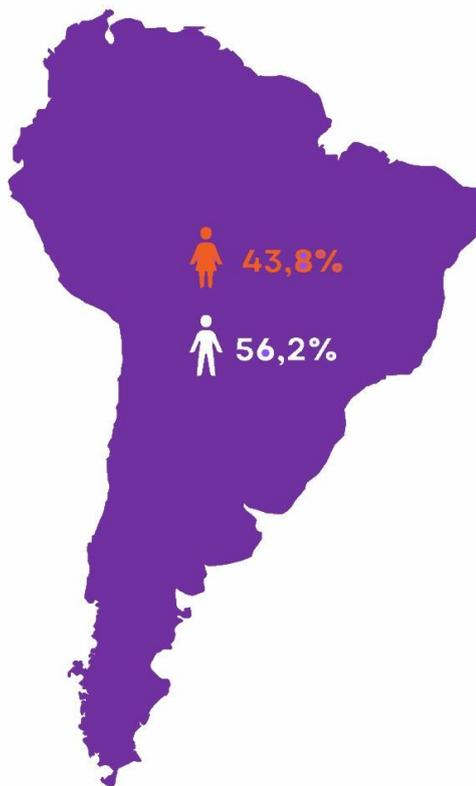
Análise descritiva do Mercado de Trabalho

Por **Brenda da Silva** (pesquisadora bolsista), **Laryssa Carvalho** (mestranda em Economia pelo PPGE/UFPA e pesquisadora voluntária), **Layse Monteiro** (mestranda em Economia pelo PPGE/UFPA e pesquisadora voluntária), **Alexandre Corrêa** (pesquisador bolsista), **Gabriel Folhes** (pesquisador voluntário), **Hiago Silva** (pesquisador voluntário) e **Mateus Amorim** (editor e pesquisador bolsista).

A partir dos indicadores que serão apresentados, torna-se evidente que as mulheres frequentemente se encontram inseridas no mercado de trabalho em condições de subutilização, desvalorização salarial e subestimação de suas habilidades, além de enfrentarem limitadas oportunidades de educação e qualificação profissional. Nesta seção, serão fornecidas informações sobre a situação do trabalho feminino, utilizando estatísticas provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), abrangendo o período dos anos de 2022 e 2023. Por meio desses dados, é possível analisar criticamente a situação do trabalho das mulheres.

Pessoas na Força de Trabalho

O mapa ao lado reflete a quantidade percentual das pessoas que têm idade para trabalhar (14 anos ou mais) no Brasil, que estão trabalhando ou procurando trabalho, 4º trimestre de 2023. Nos próximos gráficos é possível notar que o número de pessoas na força de trabalho ou que quer efetivamente trabalhar, estando ocupada ou não é maior para o sexo masculino tanto para o Brasil, quanto para o Estado do Pará e Região Metropolitana de Belém (RMB), sendo o primeiro responsável pelo quadro mais grave que reflete o quanto a população feminina encontra dificuldades em estar inserida no mercado de trabalho por conta de suas limitações cotidianas.



Fonte: PNAD Contínua (2024). Elaboração OPAMET.

Gráfico 01 - Pessoas na Força de Trabalho no estado do Pará, por Sexo 4º trimestre de 2023

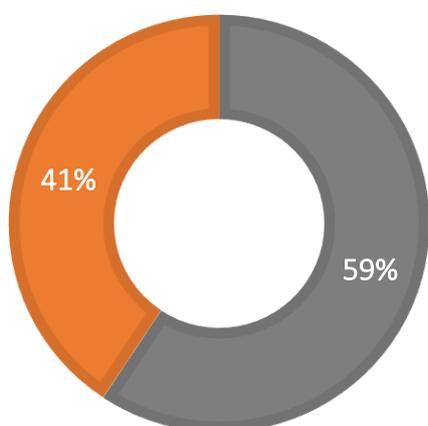
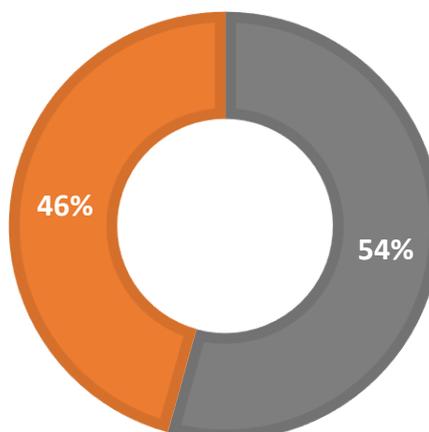


Gráfico 02 - Pessoas na Força de Trabalho na Região Metropolitana de Belém, por Sexo. 4º trimestre de 2023



■ 4º trimestre 2023 Homens
■ 4º trimestre 2023 Mulheres

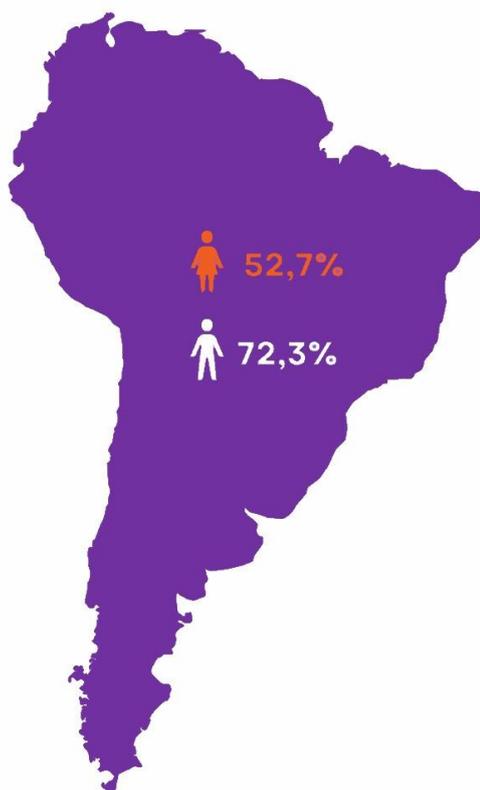
Fonte: PNAD Contínua (2024). Elaboração OPAMET.

A análise dos dados (gráficos 01 e 02) revela uma realidade historicamente evidente: em geral, as mulheres possuem os menores níveis de ocupação e uma tendência decrescente nesse aspecto. Isso se deve, em grande parte, à concentração de suas ocupações em segmentos mais precários e menos remunerados, tais como trabalho por conta própria e serviços domésticos.

Taxa de participação

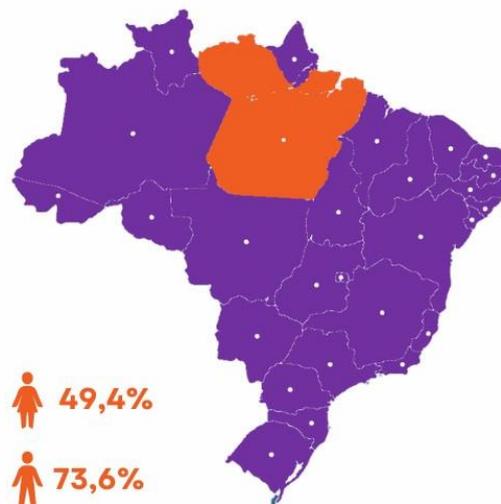
O mapa ao lado mostra a taxa de participação entre homens e mulheres no Brasil para o 4º trimestre de 2023, em que prevalece a maior taxa de participação para os homens, sendo superior a 70%, enquanto a população feminina é de aproximadamente 53%.

Embora os dados mostrem uma leve e crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, é essencial analisar diversos aspectos: a maneira como estão inseridas nesse mercado, as condições às quais estão submetidas e se existem medidas em vigor que visam a equidade de gênero no ambiente de trabalho.



Fonte: PNAD Contínua (2024). Elaboração OPAMET.

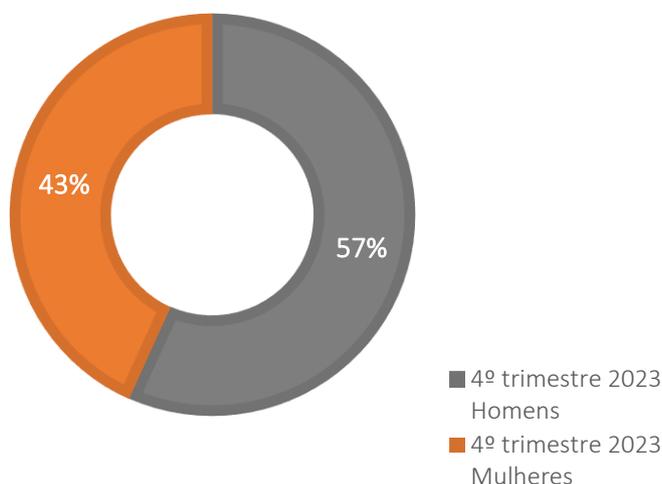
No mapa ao lado é observada a taxa de participação no 4º trimestre de 2023 no Estado do Pará entre homens e mulheres, aonde os índices foram 73,6% e 49,4% respectivamente. É possível notar um suscito aumento em relação ao 4º trimestre de 2022, em que esses valores foram de 73,5% e 49,3%, respectivamente. Ainda assim, é possível perceber a diferença percentual assídua na participação do mercado de trabalho entre mulheres e homens.



Fonte: PNAD Contínua (2024). Elaboração OPAMET.

Ainda é possível observar a partir dos dados da RMB (Região Metropolitana de Belém) que as mulheres na capital paraense têm menos presença no mercado laboral em comparação ao restante do estado. Além disso, a diferença considerável entre a taxa de participação feminina e masculina, demonstra que a população masculina está mais propensa a procurar emprego, uma vez que a participação indica a parcela da população que está ocupada ou em busca efetiva por emprego.

Gráfico 03 - Taxa de Participação na Região Metropolitana de Belém, por Sexo, 4º trimestre de 2023



Fonte: PNAD Contínua (2024). Elaboração da autoria.

A disparidade entre a taxa de participação masculina e feminina no mercado de trabalho é evidente, refletindo uma maior ocupação ou busca ativa de emprego por parte dos homens em comparação com as mulheres. Isso ocorre devido às restrições que as mulheres enfrentam para participar da atividade econômica, devido às dificuldades em conciliar as responsabilidades familiares com o trabalho remunerado. Elas enfrentam uma grande carga de trabalho doméstico e cuidados com a família, especialmente em casos de mães solteiras. Por razões históricas e estruturais, muitas mulheres que estão economicamente ativas precisam assumir integralmente essas responsabilidades, tornando a conciliação entre trabalho remunerado e responsabilidades familiares uma tarefa onerosa e desgastante.

Taxa de Desocupação

Tabela 01 – Taxa de Desocupação, por Sexo, no Brasil, Pará e Belém, 4º trimestre 2022 e 4º trimestre de 2023

| REGIÃO | BRASIL | | PARÁ | | BELÉM | |
|----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| PERÍODO | 4º TRI 2022 | 4º TRI 2023 | 4º TRI 2022 | 4º TRI 2023 | 4º TRI 2022 | 4º TRI 2023 |
| HOMENS | 6,5% | 9,8% | 6,3% | 6,3% | 10,0% | 8,5% |
| MULHERES | 6,0% | 9,2% | 11,1% | 10,1% | 14,9% | 13,5% |

Fonte: PNAD Contínua (2024). Elaboração OPAMET.

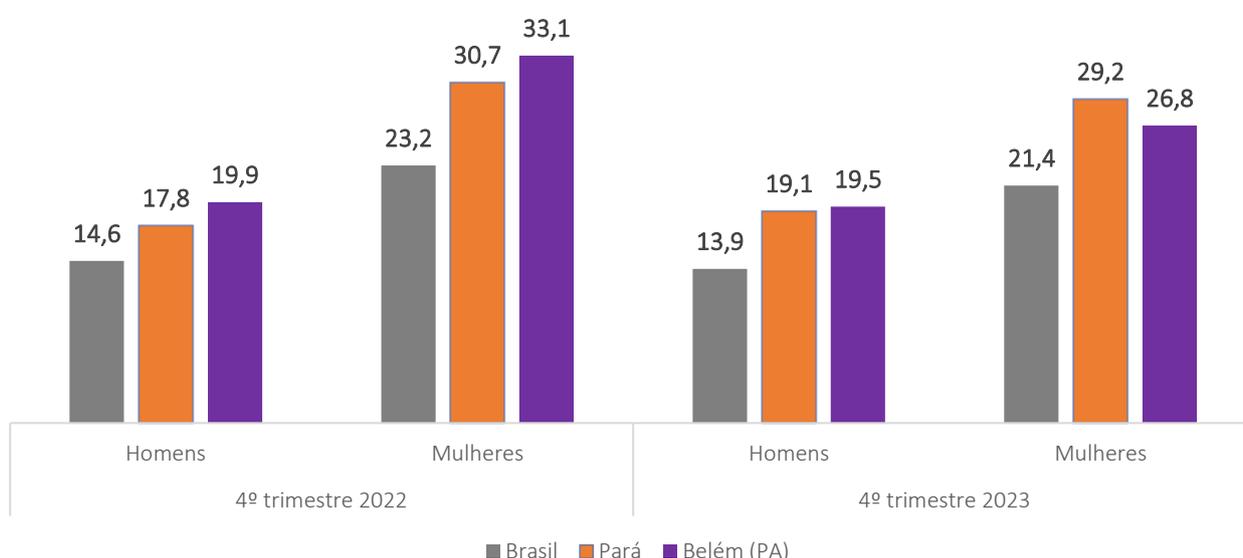
A tabela 01, demonstra a taxa de desocupação do Brasil, por sexo, nos quartos trimestres comparativos de 2022 e 2023 respectivamente, assim como as taxas comparativas para o Pará e para a Região Metropolitana de Belém. Os dados demonstram que a taxa de desocupação é maior para as mulheres, nos dois trimestres, tanto no Estado do Pará quanto na RMB. Já na média nacional, apenas no quarto trimestre de 2023, houve uma taxa de desocupação maior dos homens em relação às mulheres. Esse nível de desocupação quase sempre maior para as mulheres, demonstra a necessidade crescente de políticas públicas com enfoque de gênero para modificar essa ‘tendência’ de o grau de desocupação ser recorrentemente maior para o sexo feminino. Os dados também demonstram que o nível de mulheres desocupadas reduziu em 2023, em comparação ao mesmo período de 2022 tanto para o Estado como para a RMB, houve redução de 1 ponto percentual para o Estado do Pará e 1,4 pontos percentuais para Belém e região metropolitana.

O nível de desocupação dos homens se manteve igual nos dois períodos comparados para o Estado do Pará. Para a Região Metropolitana de Belém, também houve redução na taxa de desocupação dos homens de 1,5 pontos percentuais, na comparação do

quarto trimestre de 2023 em relação ao mesmo período de 2022. Já a média nacional, houve aumento na taxa de desocupação de 3,2% para as mulheres e de 3,3% para os homens. Esse aumento na taxa de desocupação tanto feminina quanto masculina, na média nacional, preocupa e chama a atenção para a implementação de políticas públicas eficazes para a redução das disparidades de gênero, principalmente no mercado de trabalho. Lembrando que as mulheres são a maioria nos trabalhos informais e precarizados.

Taxa composta de subutilização

Gráfico 04 – Taxa Composta de Subutilização, por Sexo, no Brasil, Pará e Belém, 4º trimestre 2022 e 4º trimestre de 2023 (em %)



Fonte: PNAD Contínua (2024). Elaboração OPAMET.

A taxa composta de subutilização da força de trabalho é formada pela taxa de desocupação somada à subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e à força de trabalho potencial. O gráfico mostra a taxa composta de subutilização do Brasil, Pará e Região Metropolitana de Belém (RMB), por sexo, um comparativo entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2023.

A subutilização afeta a população de forma significativa, no entanto as mulheres são maioria neste contingente, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), no Brasil a taxa composta de subutilização da força de trabalho no 4º trimestre de 2023 foi de 17,3%. Para os homens essa taxa foi estimada em 13,9% e para as mulheres em 21,4%. Ao comparar 4º trimestre de 2022

ao 4º trimestre de 2023, há uma pequena diminuição dessa taxa, de 1,8% para as mulheres e 0,7% para os homens.

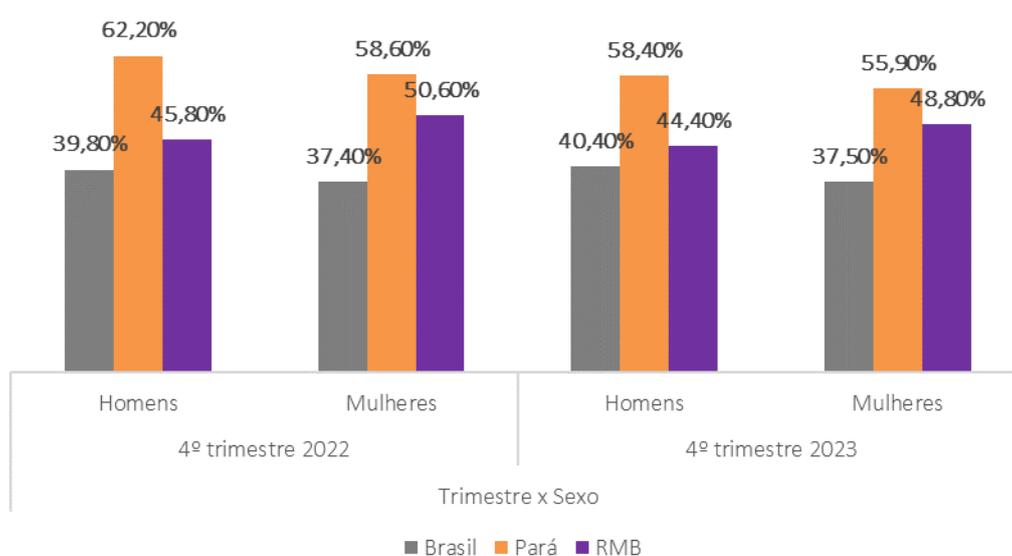
Essas elevadas taxas são observadas, também, para o estado do Pará e para a Região Metropolitana de Belém, com ligeiro declínio entre os anos observados. No estado do Pará em 2022 a taxa de subutilização feminina foi superior a 30%, e em 2023 este índice foi igual a 29,2%. A taxa de subutilização na RMB foi de 33,1% e 26,8% no 4º trimestre dos respectivos anos, 2022 e 2023. Em ambas as regiões, o indicador de subutilização ficou consideravelmente acima da taxa nacional.

As elevadas taxas de desocupação e de subutilização indicam baixa criação de oportunidade de emprego formal, assim, parte das trabalhadoras e trabalhadores estão submetidos a novas formas de vínculo de emprego, vínculos informais e a contratos precários, esta acaba sendo uma saída para as pessoas desempregadas ou que gostariam/poderiam trabalhar mais horas, a exemplo a “uberização”.

Taxa de informalidade

A observação da taxa de informalidade, discriminada entre os gêneros, fornece um olhar detalhado sobre as dinâmicas do mercado de trabalho no período analisado. Inicialmente, destacando as variações entre homens e mulheres, percebemos dinâmicas específicas que moldam as experiências de trabalho.

Gráfico 05 – Taxa de Informalidade, por Sexo, no Brasil, Pará e Belém, 4º trimestre 2022 e 4º trimestre de 2023



Fonte: PNAD Contínua (2024). Elaboração OPAMET.

O gráfico 05 reflete a taxa de informalidade por sexo no 4º trimestre de 2022 e o 4º Trimestre de 2023, podemos observar que no Pará houve uma queda acentuada na taxa de informalidade, situação que pode ser notada em ambos os sexos. Entre as mulheres, foi de 58,60% para 55,90%, enquanto entre os homens a redução foi de 62,20% para 58,40%. Na Região Metropolitana de Belém, a taxa de informalidade também diminuiu entre os homens, de 45,80% para 44,40%, já entre as mulheres, a taxa teve uma redução de 50,60% para 48,80%, sugerindo uma mudança positiva nas condições laborais na RMB. Enquanto no Brasil, a taxa de informalidade entre homens aumentou de 39,80% para 40,40%, em contrapartida, entre as mulheres, observou-se uma ligeira redução, indo de 37,40% para 37,50%, sugerindo uma estabilidade.

Uma das razões pelas quais muitas mulheres acabam trabalhando na informalidade é por frequentemente precisar equilibrar suas responsabilidades domésticas, uma carga que historicamente tem sido associada às mulheres. Consequentemente, as mulheres acabam enfrentando uma dupla jornada, combinando responsabilidades relacionadas ao trabalho doméstico não remunerado com aquelas relacionadas ao trabalho remunerado.

É relevante observar que essa atribuição de responsabilidades domésticas pode ser considerada um elemento que contribuiu para o aumento das desigualdades de gênero observadas no mercado de trabalho. As tarefas realizadas em casa, frequentemente, demandam mais tempo e podem dificultar o acesso das mulheres à obtenção de qualificações mais elevadas, à disponibilidade de tempo para o trabalho remunerado e, consequentemente, a empregos com melhores remunerações.

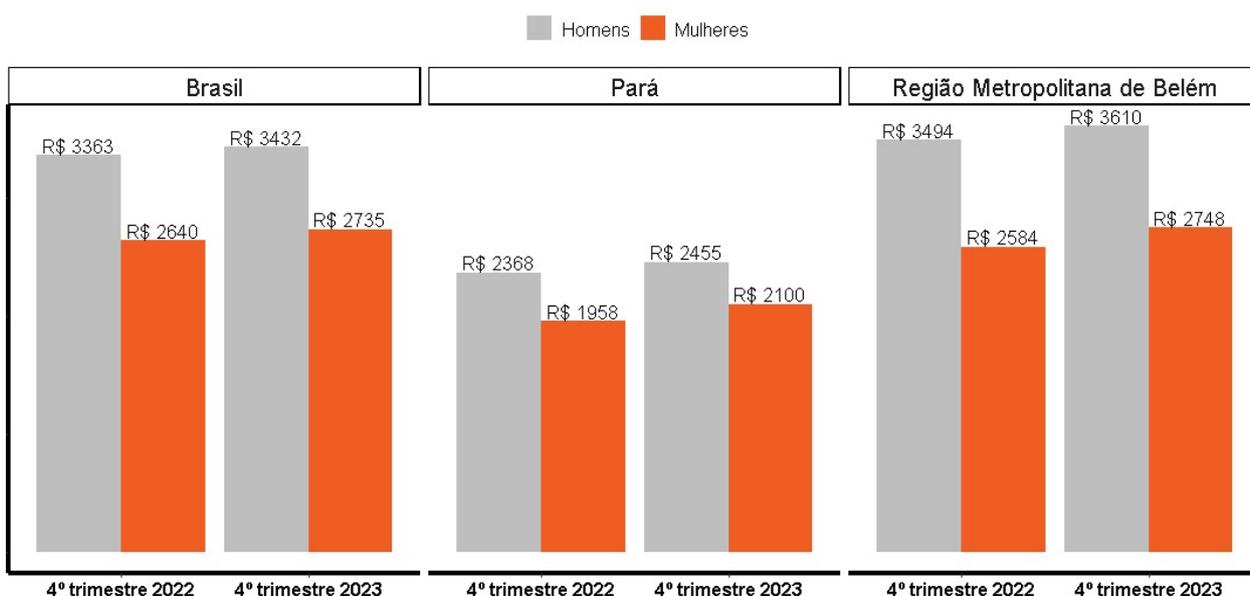
Apesar de alguns avanços na inclusão das mulheres no mercado de trabalho formal, ainda são necessárias ações concretas para combater a segregação de gênero. Essas medidas visam garantir que as mulheres tenham uma participação justa no mercado de trabalho, reduzindo a exclusão delas de diversos setores da sociedade.

Rendimento Médio Real e Média de Horas Trabalhadas

O seguinte fragmento tem o objetivo de explorar a variação da renda média real de homens e mulheres comparando-a entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2023 em três níveis geográficos distintos: Brasil, o estado do Pará e a Região Metropolitana de Belém (RMB).

Renda Média Real (RMR) dos sexos masculinos e femininos entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2023 no Brasil, Pará e na Região Metropolitana de Belém

Valores reais em R\$



Fonte: PNAD Contínua (2024). Elaboração OPAMET.

Pontos de destaque:

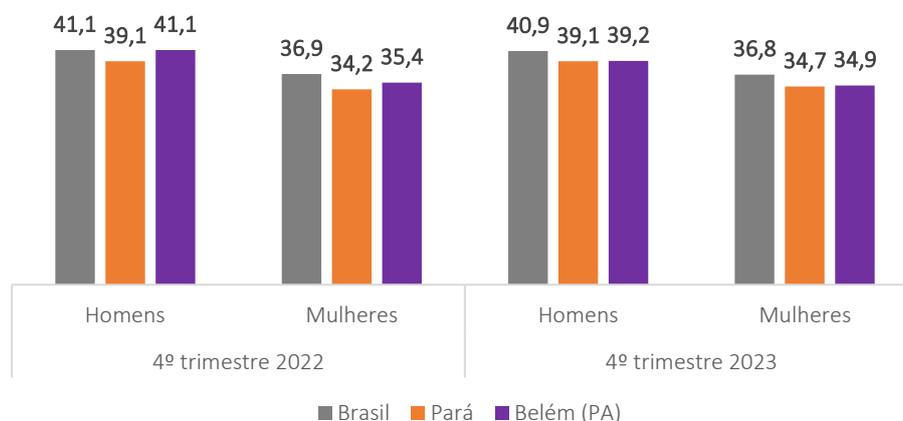
- No 4º trimestre de 2023 as trabalhadoras da Região Metropolitana de Belém tiveram um rendimento real médio 23,87% menor do que homens;
- Entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2023, a renda real média do sexo feminino teve um crescimento 2 vezes maior do que a renda do sexo masculino no Estado do Pará e na Região Metropolitana de Belém;
- Entre o 4º trimestre de 2022 e 2023 a renda real média da Região Metropolitana de Belém e do Pará cresceu acima da média nacional;
- Entre o 4º trimestre de 2022 e 4º trimestre de 2023, houve um aumento na renda média real (RMR) dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho. A RMR brasileira cresceu 2,58%, seguido de 4,74% no Estado do Pará e 4,36% na RMB. Em que pese o aumento percentual, o valor médio

real absoluto dos salários no Estado do Pará permaneceu abaixo da média nacional.

- No 4º trimestre de 2023 a RMR nacional foi de R\$ 3134 mil comparada a média paraense de R\$ 2318 mil, uma diferença de R\$ 816. Por outro lado, ao considerarmos a Região Metropolitana de Belém (RMB) a RMR verificada no 4º trimestre de 2023 foi de R\$ 3229, um valor próximo da média nacional. Podemos observar uma concentração de renda significativa na RMB em detrimento do restante do Estado.
- Além das disparidades regionais de renda elencadas acima, há uma diferença significativa nos rendimentos de homens e mulheres. O gráfico abaixo apresenta a variação da Renda Média Real (RMR) por sexo, entre os trimestres e as regiões geográficas em análise.
- No 4º trimestre de 2023 o rendimento nacional médio real das mulheres era 20,30% menor comparado ao dos homens, sendo, R\$ 2735 para elas contra R\$ 3.432 para eles. A diferença se acentua ainda mais na RMB: as mulheres registraram renda real média de R\$ 2748 mil contra R\$ 3610 mil dos homens, uma diferença de 23,87%. Isto posto, observamos que a renda paraense não é somente concentrada na RMB como também dirigida ao sexo masculino.
- Uma ótica de análise interessante é olhar o crescimento percentual da renda de cada sexo. Entre os trimestres, a renda média real do sexo feminino cresceu em ritmo mais acelerado do que o sexo masculino. Entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2023 no Estado do Pará foi verificado um aumento de 7.25% do rendimento das mulheres, contra um aumento de 3.67% do masculino. Em outras palavras, a diferença salarial que era de 17.31% no 4º trimestre de 2022 foi reduzida para 14,46% no 4º trimestre de 2023. Variação similar foi identificada na Região Metropolitana de Belém onde a renda do sexo feminino cresceu 6,34% comparada a 3,31% do sexo masculino. A diferença salarial que era de 26.04% no 4º trimestre de 2022 foi reduzida para 23.87% no 4º trimestre de 2023.

Esta análise está vinculada às condições de desigualdade de gênero, pois, mesmo quando as mulheres ocupam cargos equivalentes aos dos homens, elas tendem a receber menos. Isso ocorre principalmente devido à construção social que perpetua a subvalorização das em uma sociedade que ainda é caracterizada pelo machismo, mesmo nos dias atuais.

Gráfico 07 – Média de horas trabalhadas, por Sexo, no Brasil, Pará e Belém, 4º trimestre 2022 e 4º trimestre de 2023



Fonte: PNAD Contínua (2024). Elaboração OPAMET.

No que se trata das horas trabalhadas, o gráfico indica as mulheres trabalham aproximadamente 4,4 horas, no 4º trimestre de 2023 no Pará, a menos que os homens. Para a RMB no mesmo período, as mulheres trabalharam 4,3 horas a menos que os homens. O que torna a situação ainda mais evidente é o fato de que as mulheres, além de trabalharem, ainda têm a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos, especialmente aquelas que são mães solteiras. Isso acaba comprometendo o tempo disponível para o trabalho e, conseqüentemente, o rendimento das mulheres. É relevante que, mesmo quando as mulheres têm uma jornada de trabalho mais longo do que os homens, ainda assim seus rendimentos tendem a ser inferiores aos deles.



Mulheres e Cidades: desigualdades estruturais e a busca pelo direito urbano.

Por Nathália Rocha de Sousa (Doutoranda em Economia e Vice coordenadora do OPAMET)

Lefebvre ressalta em suas reflexões acerca do processo de formação e transformação das cidades e da relação entre o campo/cidade, que desde o alvorecer da era agrária, a cidade constituiu-se primordialmente criação humana. Nesse sentido, a cidade, ao mesmo tempo em que se constitui elo de mediação, se configura também como espaço de manifestação política onde se revelam contradições sociais decorrentes das disputas pelo poder político entre diferentes grupos sociais.

A dinâmica das relações campo-cidade vem contribuindo para a constituição de um cenário marcado por relações de produção desiguais especializadas na forma de processos de concentração de terras, de mobilidade do trabalho, de especialização produtiva. Os anos de 1970, marcam, no Brasil, o momento em que ocorrem os primeiros debates acerca da necessidade de ações voltadas à implementação de uma política urbana que superasse as consequências geradas pelo processo de concentração econômico e espacial nas metrópoles do sudeste do país. É nesse período que a rede urbana brasileira apresentava um sistema urbano marcado por um reduzido número de cidades de porte médio, o que dificultava o planejamento urbano que promulgasse processos modernizadores do território, o que gerou distribuição regional desigual e problemas sociais.

Considerando que o Brasil já é um país urbanizado com mais de 84% da sua população vivendo nas grandes e médias cidades e que historicamente, a cidade é feita e refeita num movimento hegemônico do patriarcado que rejeita, criminaliza e marginaliza as formas de ser e de se manifestar relacionadas a gênero, raça/etnia e sexualidade, de forma que o usufruto do espaço urbano – com qualidade/dignidade – é restrito a um número pequeno de pessoas. A vivência das mulheres em situação de rua, marcada pelo escasso acesso aos recursos básicos de higiene e à maior exposição ao assédio e situações de violência sexual evidencia um traço grave das relações no espaço urbano, o que nos leva repensar esse debate.

Por outro lado, as mulheres dos centros urbanos ainda enfrentam disparidades no acesso à educação, na inclusão digital e na participação de processos de tomada de decisão pública. Há ainda a persistência de desigualdades salariais, a permanência no setor informal, a dificuldade em acessar créditos financeiros para empreender por parte das mulheres. Desta forma, é preciso pensar no sentido de planejar e instituir nas

idades políticas públicas urbanas com recorte de gênero, que beneficiem a mulher o que pode não somente contribuir para reduzir as disparidades de gênero na sociedade, como também gerar importantes benefícios sociais e econômicos para a cidade. Ou seja, a fundamental inclusão das mulheres nos processos participativos de construção e planejamento de cidades mais inclusivas, significa também cidades mais prósperas. É preciso ainda, pensar em políticas públicas que possam aumentar a participação de mulheres na força de trabalho e aumentar a geração de renda, promover ações para facilitar o acesso a finanças para mulheres que desejem empreender ou até mesmo adquirir moradias, propagar serviços e promover infraestruturas que levem em consideração a realidade das mulheres urbanas a partir de um desenho urbano e intervenções que tornem espaços públicos mais acessíveis e seguros, reduzindo a vulnerabilidade ao crime e ao assédio.

Referências Bibliográficas

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNADC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA](#). Acesso em: 29 fev. 2023.



Coordenação

José Trindade
Nathália de Sousa

Dados e análises

Alexandre Corrêa, Brenda da Silva, Gabriel Folhes, Hiago Silva,
Laryssa Carvalho, Layse Monteiro, Mateus Amorim, Tiago da Silva.

Edição

Mateus Amorim